



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CAMILA DA SILVA CARDOSO

EDUCAÇÃO ESPECIAL REVELADA: a implementação desta política pública nas
Universidades Federais do Brasil

Recife
2023

CAMILA DA SILVA CARDOSO

EDUCAÇÃO ESPECIAL REVELADA: A IMPLEMENTAÇÃO DESTA POLÍTICA
PÚBLICA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso realizado sob orientação do professor Leon Victor de Queiroz Barbosa, para obtenção do título de bacharela em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais, pela Universidade Federal de Pernambuco.

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

da Silva Cardoso, Camila.

Educação Especial revelada: a implementação desta política pública nas
Universidades Federais do Brasil / Camila da Silva Cardoso. - Recife, 2023.
29 p. : il., tab.

Orientador(a): Leon Victor de Queiroz Barbosa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciência Política, 2023.
Inclui referências, apêndices.

1. Ciência Política. 2. Políticas Públicas. 3. Métodos Quantitativos. 4.
Educação Especial. 5. Universidades Federais do Brasil. I. Barbosa, Leon Victor
de Queiroz. (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Bacharelado em Ciência Política

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Leon Victor de Queiroz, UFPE (Orientador).

Prof. Dr. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto, UFPE (Examinador Interno)

Prof. Dra. Mariana Batista da Silva, UFPE (Examinadora Interna)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar o trabalho dizendo que eu sou deficiente num quadro de autismo, psicose, altas habilidades e mais uma série de comorbidades como fobia social, depressão, ansiedade, transtorno do movimento, transtorno do processamento sensorial e outros. Estou descrevendo isso para dizer que é possível alcançar muitos objetivos ainda que se tenha tantas especificidades e percalços, mas nada foi feito sozinha, foi necessária uma rede de apoio.

Assim, agradeço primeiramente a minha mãe Marluce da Silva, que é trabalhadora, mãe solo e grande amiga que sempre me ajuda em tudo, escuta meus trabalhos acadêmicos e fielmente falou comigo quase todos os dias desses 6 anos que estou longe da nossa casa em Cotia/SP, sempre nos mesmos dias, sempre nos mesmos horários, me ajudando a superar a grande mudança geográfica e mudanças de rotina.

Adentrei na Universidade Federal de Pernambuco porque soube que nela há um Núcleo de Acessibilidade, um Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante e programas de inclusão social para os socioeconomicamente carentes. Imaginei que na UFPE certamente eu teria muito mais chances de alcançar a minha formação. Assim, agradeço e deixo meus cumprimentos e admiração àqueles profissionais que cuidaram de mim todo esse tempo: o médico Frederick Lapa e o psicólogo Gustavo Costa, pois graças também a eles, hoje estou aqui comemorando esta grande conquista.

Agradeço a professora Mariana Batista, pois este trabalho foi iniciado em sua disciplina de Políticas Públicas 2 com toda a atenção e ajuda possível. Também agradeço a professora Marina “Nina” Bueno, que contribuiu para a ideia inicial do trabalho ao questionar sobre a inclusão nas Universidades para ajudar seus estudantes do Ensino Escolar a saberem como, o quê e onde procurarem sobre inclusão nas Universidades públicas.

Agradeço a todos e todas que me auxiliaram nesse caminho de integração para que eu pudesse vivenciar o curso da melhor forma, respeitando meus limites e possibilidades. Em especial, agradeço a Gabriela Tarouco, Adriano Oliveira, Leon Victor de Queiroz Barbosa pois me escutaram, direcionaram e apoiaram. Assim como ao professor Davi Cordeiro Moreira que também me ajudou a elaborar este material.

Todos os(as) professores(as) e todas as pessoas envolvidas foram muito importantes para o meu desenvolvimento, como os professores de Relações Internacionais, Marcelo Medeiros e Mikelli Ribeiro, cujas aulas participei muito ativamente.

Deixo aqui também a minha homenagem ao nosso querido professor Marcos Costa Lima, que muito me ensinou e incentivou. Se ainda pudesse, diria à ele “com o senhor aprendi a ouvir música chinesa e é essencial para meus momentos de concentração”.

Desejo que os deficientes possam almejar e conquistar tanto quanto eu estou conquistando ou obviamente, muito mais! Dito isto, agradeço o(a) leitor(a), e assim, iremos ao trabalho!

RESUMO

Quais recursos de Educação Especial já foram implementados nas Universidades Federais do Brasil? O principal objetivo da pesquisa é analisar a implementação das políticas de inclusão educacional de pessoas com deficiência nas Universidades Federais do país, em 2021. Através do Portal de Acesso à Informação FalaBR, foram enviadas 18 perguntas para as Universidades (divididas em 6 dimensões), acerca das políticas voltadas aos estudantes deficientes, em conformidade com o conteúdo das leis brasileiras. As respostas foram sistematizadas em um banco de dados original que permite sabermos o que cada Instituição oferece para esse público alvo. É disponibilizado o ranqueamento das Universidades no nível de inclusão, a quantidade de respostas positivas de cada IFES e a análise comparativa entre as dimensões. Os principais resultados indicam que: a) as políticas voltadas para a disponibilização de recursos (pessoal, equipamentos e infraestrutura) são muito mais desenvolvidas do que as demais; b) a quantidade de Universidades abaixo da média no nível de inclusão é 33,82%; c) o gerenciamento democrático é a dimensão menos trabalhada nas Instituições, seguido da formação continuada para professores e servidores. Tais achados contribuem para a compreensão sobre a implementação da política pública de inclusão, assim como contribuem para que a sociedade possa ser cada vez mais consciente sobre os direitos das pessoas com deficiência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
MARCO TEÓRICO	9
Discutindo a hipótese.....	10
Justificativa	11
METODOLOGIA.....	11
Desambiguações metodológicas	18
RESULTADOS	19
CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS	26
APÊNDICE	29

INTRODUÇÃO

O tema escolhido refere-se à inclusão educacional das pessoas deficientes no Ensino Superior das Universidades Federais do país, no ano de 2021. O Brasil teve registrada a existência de mais de 8% da população (IBGE, 2019), ou seja, 17,3 milhões de pessoas que são consideradas como público alvo das políticas de inclusão educacional durante diversas fases da vida, pois possuem necessidades adicionais, como é o caso das diferentes habilidades intelectuais, sociais, psicomotoras, sensoriais e físicas.

São indispensáveis os recursos especializados para que essas pessoas possam desenvolver-se no meio acadêmico, assim como em seus estudos autônomos, no meio profissional, no contexto pessoal e social. Tais recursos podem ser exemplificados da seguinte forma: a cadeira de rodas, o aparelho auditivo, LIBRAS, faixa tátil, calendários, lousas, tablets, entre outras modificações que muitas vezes passam do viés arquitetônico (ambiente físico) e vão para o viés atitudinal. Nesses casos, é importante a disponibilização de profissionais de apoio (também chamados de cuidadores) para auxiliar o estudante dentro da sala de aula, ou mesmo exige o auxílio de profissionais da psicopedagogia, dentre as mais diversas necessidades que incluem também alterações didático-pedagógicas, a dilação do tempo de avaliação, a flexibilização do método de ensino-aprendizagem e dos métodos avaliativos, a adaptação de materiais didáticos, entre outros.

É de suma importância social sabermos mais sobre as políticas de inclusão e traçarmos conhecimento sobre como e se elas estão acontecendo. A pergunta de pesquisa é “quais são as políticas públicas de Educação Especial que estiveram vigentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em 2021?”. O objetivo é saber um pouco mais sobre o que as Instituições estão praticando. Para responder a pergunta, as respostas diretamente das Universidades foram averiguadas através do portal de Acesso à Informação FalaBR.

Tendo por base a legislação atual do país, são elaboradas 18 perguntas, divididas em 6 dimensões de inclusão que nos permitem conhecer quais são as condições de acesso e permanência, se há programas assegurados para promover a integração social, quais são os recursos disponíveis, se há a prática da flexibilização nas questões didático-pedagógicas, se o dever da formação continuada é respeitado e se as instituições estão gerenciando a política pública de maneira democrática, isto é, com a participação da sociedade.

1. MARCO TEÓRICO

Sabemos que grupos são marginalizados por questões de pobreza, cor, raça (em sentido antropológico), etnia, deficiência, religiosidade, orientação sexual, entre outros. Discutir inclusão é denunciar as exclusões, sendo assim, exploraremos a questão que envolve o grupo marginalizado formado por pessoas com deficiência no ensino superior.

Matiskei (2004) argumenta que as políticas públicas não são neutras, pois elas percorrem diferentes interesses, desse modo, para a autora, no atual contexto neoliberal, o programa de ensino especial encontra-se num dilema: formar os sujeitos para o mercado e adequar o espaço para aqueles que não se encontram satisfeitos com o sistema estabelecido.

Logo, conclui-se que para o ensino superior, é necessário formar a todos e todas para o mercado, mas alguns precisam de adaptações para acompanhar as exigências do mundo profissional. A equidade entendida como um movimento em que se considera as diferenças, faz-se necessária para integrar este grupo à sociedade.

Formar os indivíduos deficientes para o mercado de trabalho é uma preocupação que nos remete à Organização das Nações Unidas (ONU). No seu artigo “Disability and Higher Education: Workforce Preparedness for Students with Disabilities” (2022), discute a questão profissional da pessoa deficiente, focando nos aprendizados inclusivos do ensino superior. É apresentada a história de Mariko Tatsumi, estudante cega que formou-se na pós-graduação nos EUA e passou a trabalhar na própria ONU. Esta é uma história pouco comum, porém interessante porque conta-nos que a estudante aprendeu a autonomia necessária para estudar quando ainda estava no ensino superior. Por consequência, quando chegou o momento de adentrar no mercado de trabalho, utilizou os aprendizados da graduação e pós-graduação para alcançar resultados cada vez melhores.

O trabalho atual insere-se na literatura de Ciência Política, mais especificamente na área de Políticas Públicas e Métodos Quantitativos, pois mede o programa de inclusão embasando-se na teoria de Rossi et al e Sabatier.

O programa de inclusão educacional para pessoas com deficiência está estabelecido nas leis brasileiras: no livro “Evaluation: A Systematic Approach” (Rossi et al., 2003), é dito que “para ser eficaz em trazer as melhorias desejadas nas condições sociais, um programa (...) deve realmente realizar suas funções pretendidas da maneira pretendida.” Os autores argumentam que um programa geralmente é afetado por influências adversas que

comprometem o objetivo perseguido. Assim, é importante avaliar a adequação do processo do programa, isto é, fazer um levantamento sobre as atividades do programa que realmente ocorrem e quais são os serviços prestados. Desse modo, verificar o quão bem um programa está operando é uma forma importante e útil de avaliação, conhecida como avaliação do processo do programa (Rossi et al, 2003).

Ainda em Rossi et al., na página 152 do livro em destaque, são sugeridas algumas medições básicas que podem ser feitas para direcionar uma avaliação do processo do programa. Um tipo de medição foi escolhido para estudarmos a política de inclusão mais a fundo, ele consiste em tentar responder a pergunta “quais são as políticas públicas de Educação Especial que estiveram vigentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em 2021?”. Aqui compreende-se “políticas públicas” como funções e serviços prestados.

Mesmo que o ideal fosse realizar uma avaliação ainda mais abrangente, um dos limites da pesquisa é não avaliar se os programas são satisfatórios para aqueles que o usufruem. Trabalharemos somente com as informações quantitativas sobre a disponibilização de recursos. Este recorte foi escolhido para ser adequado ao nível da graduação.

Utilizou-se as recomendações da segunda geração de estudos sobre a implementação das políticas públicas, cuja motivação foi (e é) averiguar a variação do sucesso da implementação através do método “top-down” (Sabatier e Mazmanian, 1979, 1980).

A análise de cima para baixo consiste em conhecer as leis que vigoram sobre o tema escolhido e posteriormente averiguar o nível da implementação, a fim de saber o que foi implementado e o que não foi, conforme sugerido em Sabatier (1986). Então, primeiramente observou-se a Lei de Cotas, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei do Autismo. Após, seguindo os preceitos de Rossi et al (2003), a avaliação do processo do programa foi feita através da delimitação de dimensões de desempenho do mesmo, para posteriormente, averiguar as realizações.

1.1.DISCUTINDO A HIPÓTESE

O presente material apresenta caráter exploratório, assim, não possui hipótese. Sabe-se que a lei garante o direito a políticas variadas de educação especial, desse modo, a

pergunta de pesquisa traz a ideia de especificação do que é feito, a fim de quantificar os resultados para realizar comparações e ter um panorama sobre o tema.

Sendo uma avaliação do processo de implementação de política pública (Rossi et al., 2003), houve a necessidade de melhor aproveitar os dados para exibi-los nos resultados das medições. Assim, foi escolhido trabalhar com evidências devidamente documentadas sobre toda a população (68 Universidades Federais) e apresentar os resultados obtidos numa contagem inédita elaborada pela autora.

1.2.JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa exploratória é justificada por três principais motivos: primeiramente, seu tema tem grande relevância social, pois as pessoas com deficiência seguem sendo a maior minoria do mundo segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2022). Trata-se de 1 bilhão de pessoas (15% da população mundial), em que somente 3% dos adultos são alfabetizados, dos quais somente 1% são mulheres. Considera-se que a marginalização das pessoas com deficiência, sobretudo das mulheres deficientes, é um problema que necessita de atenção permanente, e pode ser minimizado com a atuação do Estado em regulamentações, incentivos e políticas públicas para esse público.

Desse modo, em segundo lugar, o presente material é relevante porque abre as informações sobre o tema no Brasil, especificamente sobre todas as suas Universidades Federais. Ao trazer transparência acerca das políticas de interesse, descreve e analisa a implementação da política pública de inclusão comparando o que poderia ser entregue aos cidadãos e aquilo que realmente está sendo oferecido. Assim, contribui para o conhecimento sobre a implementação da política tanto para o público alvo, como para os gestores das políticas e demais interessados.

Por fim, também é um meio pelo qual a sociedade pode informar-se sobre as políticas de inclusão das IFES e sobre os direitos das pessoas com deficiência, pois geralmente essas informações são negligenciadas, omitidas ou pouco divulgadas.

2. METODOLOGIA

Primeiramente observou-se os dizeres da Lei de Cotas, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e da Lei do Autismo. Então, foi realizada anonimamente uma rodada de perguntas com 18 itens, divididos em 6 dimensões – a saber, Acesso e Permanência, Integração Social, Recursos, Questões Didático-Pedagógicas, Formação Continuada e Gerenciamento, para que as IFES cadastradas no portal de acesso à informação pudessem responder acerca de diversos aspectos que estão na legislação brasileira e, portanto, devem estar em vigor em seu dia a dia.

As respostas foram lidas e sistematizadas num banco de dados original que foi criado utilizando o recurso de formulários do Microsoft Access. As IFES que não estão no FalaBR são UFR, UFSJ, UFAPE, UFDPAR e UFOB.

A seguir, observaremos cada dimensão, seus itens e o trecho da lei correspondente (que será disponibilizado nas notas de rodapé).

Dimensão 1: Acesso e permanência:

- A universidade utiliza o sistema de **cotas** por necessidades adicionais?
- Estudantes com necessidades adicionais usufruem de **atendimento preferencial** nas dependências da instituição e nos serviços prestados?
- São disponibilizadas provas de **vestibular** em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas de candidatos e candidatas com necessidades adicionais?

A dimensão 1, “Acesso e Permanência”, refere-se à prioridade de pessoas deficientes no acesso à Universidade através da cota por deficiência (Lei 13.409/16 que altera o Art. 3º da Lei nº 12.711/12)¹, assim como trata da prioridade nos atendimentos dentro do campus (Lei 13146/15 Capítulo II, Seção Única, Art 9º, II)² e acesso ao vestibular adaptado de

¹ “As vagas serão preenchidas proporcionalmente em relação a quantidade de pessoas (...) com deficiência [segundo dados do Censo/IBGE].”

² “Atendimento [prioritário] em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.”

acordo com as necessidades adicionais previamente informadas (Lei 13146/15 Capítulo II, Seção Única, Art 9º, III)³.

Esta dimensão é importante pois aborda a ação afirmativa para pessoas com deficiência adentrarem no Ensino Superior (Cotas), assim como pretende trazer a realidade da prioridade nos atendimentos dentro do campus, porque além de adentrar no Ensino Superior, essas pessoas precisam que seu direito à prioridade seja respeitado nos mais diversos espaços como os Restaurantes Universitários, nas vagas para tratamentos e medicações e nas matrículas. Além disso, o acesso também depende da possibilidade de realizar o vestibular com adaptações, pois de outro modo, o estudante possivelmente não passaria na prova.

Dimensão 2: Integração social:

- Há programas, ações e/ou práticas **profissionalizantes** direcionados para a população com necessidades adicionais?
- Existe, na instituição, acompanhamento **ocupacional** que favoreça o desenvolvimento (linguístico, cultural, vocacional e profissional), levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses dos estudantes com necessidades adicionais?
- Existem iniciativas para desenvolver o conhecimento, **conscientização** e sensibilização da população da Universidade em relação às pessoas com necessidades adicionais?
- São realizadas ações e/ou projetos que promovam a **autonomia** das pessoas com necessidades adicionais?

Esta dimensão investiga se as instituições estão promovendo a prática profissional (Lei 9394/96 Capítulo V, Art. 59, IV)⁴, o acompanhamento e estímulo ocupacional (Lei 13146/15 Capítulo IV, Art. 27, IX)⁵, além de fornecerem os programas de conscientização

³ “Disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.”

⁴ “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência: IV - educação especial para o trabalho.”

⁵ “adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência.”

(Lei 12764/12 Art. 1º, § 3º, incluído pela Lei nº 13.977/20)⁶ e programas especificamente destinados a promover a autonomia (Lei 13146/15 Capítulo IV, Art. 27, III)⁷.

A dimensão é relevante porque dialoga com o princípio da integração social em diversos itens que são previstos em lei. Estes programas de integração são também para que as pessoas com deficiência possam aprender a aplicar seus estudos na vida profissional que almeja ou que possui. Os programas de conscientização são importantes atalhos cognitivos para que as pessoas consigam ser mais solidárias com esse público que por vezes demanda algo de diferente do alunado regular, que pouco compreende sobre as necessidades específicas daquele(a) estudante. A autonomia nesse caso, só é atingida quando os programas trazem propostas que ajudem o estudante a se organizar e acompanhar tudo sem que dependa exclusivamente dos professores e monitores, por exemplo.

Dimensão 3: Recursos (pessoal, equipamentos e infraestrutura):

- Há profissionais bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior, para atender o público através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)?
- Há disponibilização de guias intérpretes?
- Há disponibilização de profissionais de apoio?
- Os estudantes com necessidades adicionais têm acesso às tecnologias assistivas?
- Há acessibilidade nas edificações e nos ambientes de uso comum?

Nesta dimensão almeja-se conhecer alguns recursos disponíveis nas Instituições Federais de Ensino Superior, como é o caso do uso da Língua Brasileira de Sinais/LIBRAS (Lei

⁶ “Os estabelecimentos (...) poderão valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista.”

⁷ “projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.”

14.191/21, que altera a 9394/96, Art. 60-B)⁸, a disponibilidade de guias intérpretes e de profissionais de apoio (também chamados de cuidadores) (Lei 13146/15 Capítulo IV, Art. 28, XI)⁹, a disponibilização da tecnologia assistiva (Lei 13146/15 Capítulo IV, Art. 28, XII)¹⁰ e se há inclusão nas edificações (Lei 13146/15 Capítulo IV, Art. 28, XVI)¹¹.

Esta dimensão reúne questões sobre a existência de recursos, sejam eles materiais ou humanos. Sem esses recursos, a vida acadêmica das pessoas com deficiência seria mais difícil e por vezes poderia levar a alguma desistência dos cursos. Dessa maneira, alguns recursos foram elencados e agrupados para exemplificar os dizeres das leis e averiguar onde eles estão vigorando.

Dimensão 4: Questões didático-pedagógicas:

- É realizado aprimoramento do sistema avaliativo, visando garantir a inclusão plena?
- Os estudantes com necessidades adicionais possuem materiais didáticos adaptados às suas necessidades educacionais específicas?

Aqui é questionado se os materiais didáticos são fornecidos em formato adaptado às necessidades de cada estudante deficiente e se o sistema avaliativo passa por modificações a fim de ser mais inclusivo (Lei 9394/96 Capítulo V, Art. 59, I)¹².

A presente dimensão foi pensada porque o sistema avaliativo necessita ser coerente com as habilidades e dificuldades de cada estudante deficiente, e os materiais didáticos adaptados são essenciais para que eles possam estudar autonomamente num formato que lhes seja mais confortável e que possa desenvolver de fato seus conhecimentos.

⁸ “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos (...) materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior.”

⁹ “Formação e disponibilização de (...) guias intérpretes e de profissionais de apoio”.

¹⁰ “Oferta de (...) recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.”

¹¹ “Acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino.”

¹² “Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.”

Dimensão 5: Formação continuada:

- Existe, na instituição, a **formação continuada** para os professores e para os profissionais do atendimento educacional especializado?
- A instituição realiza **pesquisas** voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva?

Nesta seção são formuladas questões para averiguar se na Instituição existem programas de formação continuada referente ao tema da inclusão das pessoas deficientes (Lei 13146/15 Capítulo IV, Art. 28, X)¹³. Além disso, questiona-se a existência de pesquisas de desenvolvimento de novos métodos e materiais que auxiliem na inclusão dessas pessoas (Lei 13146/15 Capítulo IV, Art. 28, VI)¹⁴.

A formação continuada e a pesquisa são duas práticas que elevam a prática da inclusão, pois novos itens são descobertos sobre cada deficiência dia após dia, então o que é certo, mudará com o tempo. Assim também é a pesquisa, que serve para melhorar e desenvolver as questões de inclusão por iniciativa da Universidade e de seus programas de extensão.

Dimensão 6: Gerenciamento:

- É observada a articulação **intersetorial** na implementação de políticas públicas para as pessoas com necessidades adicionais?
- É realizado, em conjunto com a **comunidade**, a formulação, o controle social da implementação, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas voltadas para as pessoas com necessidades adicionais?

Os itens acerca do gerenciamento são utilizados para saber se há intersetorialidade nas decisões pertinentes ao público alvo da política pública de inclusão (Lei 13146/15

¹³ “Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado.”

¹⁴ “Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.”

Capítulo IV, Art. 28, XVIII)¹⁵, e se há democratização no processo de formulação, implementação e monitoramento da mesma (Lei 12764/12, Art. 2º, II)¹⁶.

Averigua se os setores estão decidindo coletivamente, e se esse processo é democrático incluindo os deficientes, os familiares, os ativistas, o público em geral e a Instituição. Uma política pode ser mais eficaz se partir das ideias da comunidade civil ao invés de partir somente da cúpula, porque é preciso observar as necessidades práticas que aparecem e não simplesmente interpretar a lei como for conveniente. Este poder discricionário dos líderes faz muito mais sentido se eles forem munidos das opiniões e experiências do público alvo e das pessoas em geral.

Agora que conhecemos as dimensões e os itens, nos apropriaremos de como foi feita a sistematização e o tratamento dos dados:

A coleta dos dados no Portal FalaBR foi realizada manualmente pela pesquisadora, isto é, as respostas foram lidas e interpretadas por ser humano. Entretanto, para minimizar possíveis vieses, os dados originais estão disponíveis no OSF do projeto¹⁷ e podem ser acessados para replicação.

Houve o intuito de classificar as respostas de uma maneira simples, e para tanto foram utilizadas as categorias “sim” para respostas positivas, “não” para respostas negativas, “parcial” quando atende somente uma parte da demanda, “agregada” quando há mais de um critério agregado para a cota e “NR” (“não respondida”) para quando a instituição não responde.

Para apresentar o desempenho das IFES em número, foi criada uma pontuação das Universidades, onde “Sim” equivale a 1 unidade de valor; “Não” equivale a 0 (zero); “Parcial” e “agregada” equivalem a 0,5 (meio valor); aplica-se “NR” quando a questão não é respondida e “nulo” quando há ambiguidade na resposta.

A pontuação serve para averiguarmos o quanto está sendo feito e o quanto não está. A tabela resultante do banco de dados será fornecida ao final do trabalho, no Apêndice.

¹⁵ “Articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.”

¹⁶ “A participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação.”

¹⁷ <https://osf.io/7jtc5/>

2.1. DESAMBIGUAÇÕES METODOLÓGICAS

Sobre a questão da transparência acerca das escolhas metodológicas, foram preparadas algumas observações pertinentes à classificação:

Algumas vezes é informado que há intérpretes de LIBRAS, mas não é informado o grau de formação dos profissionais, a pesquisadora optou por classificar tais casos como “sim”;

Muitas vezes não é de conhecimento das IFES que o profissional Guia-Intérprete não é o mesmo que o profissional Intérprete de LIBRAS. As Universidades às vezes responderam que “sim”, mas no decorrer das respostas confundiam essas duas funções, de modo que onde fosse ambíguo aplicou-se o “nulo”;

A questão sobre os profissionais de apoio não ficou muito clara para os respondentes porque muitos concluíram erroneamente que os profissionais de apoio são de um modo geral os pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, entre outras profissões que não são a finalidade da pergunta, que tem como objetivo verificar se pessoas com necessidades adicionais têm disponível profissionais que façam manutenção de seu asseio em sala de aula, quando necessário, ou mesmo que façam o trabalho de auxiliar na locomoção quando há esta necessidade. Quando não é especificado, a pesquisadora optou por classificar em “nulo”;

Muitas Universidades afirmam não terem guia intérprete, porém ressaltam que nunca tiveram a necessidade de tal atuação profissional;

Há algumas ações e/ou projetos que não são diretamente ligados à administração da Universidade, isto é, são projetos e ações que existem na dimensão de extensão universitária, por exemplo, mas que são iniciativas próprias e não articuladas com a administração de um modo direto, além de que em alguns casos não são formalizados. Para essas situações optou-se por classificar como “sim”, pois o foco da pesquisa é a prática das ações, ainda que sejam iniciativas menores e/ou pouco institucionalizadas.

Algumas Instituições avisam quando um programa está em planejamento, ou já foi planejado, mas ainda não foi implementado, de modo que são computados como “não”, uma vez que a pesquisa tem um recorte temporal delimitado.

As informações acerca da Universidade Federal de Pernambuco não apresentam quais ações e/ou projetos são feitos, mas sim quais são as diretrizes que o Núcleo de

Acessibilidade possui. Ou seja, não foi respondido o que é feito, foi apenas apresentado quais são as competências previstas de tal núcleo, não sendo possível afirmar que as mesmas são seguidas ou não.

As Universidades que utilizam o ENEM como meio de ingresso, são consideradas como “sim” para as “cotas” e para o “vestibular em formato acessível”, pois no ENEM existe a possibilidade de solicitar adaptações.

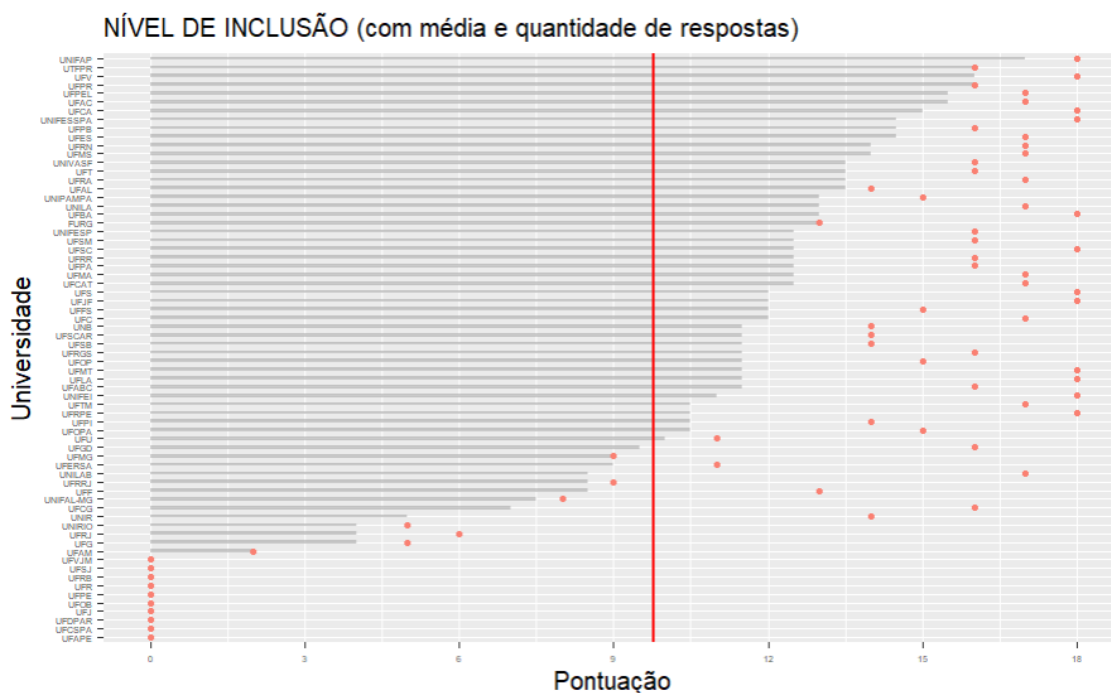
UFG e UNIFAL não forneceram as informações de modo objetivo, apenas apresentaram poucas informações através dos links de seus sites. Tais informações são consideradas.

3. RESULTADOS

O limite do método escolhido é o não aprofundamento nas respostas das IFES. Este aprofundamento pode ser feito com pesquisas complementares qualitativas que informem, por exemplo, o motivo de determinada política não estar disponível nas Universidades. Aqui limitou-se a saber se ela está ou não sendo implementada, sem detalhes maiores.

O gráfico a seguir mostra a quantidade de respostas que foram fornecidas por cada Universidade Federal através do portal FalaBR. Seu eixo “x” corresponde ao quanto foi respondido, numa escala de 0 à 18, ao passo que o eixo “y” informa as siglas das respectivas instituições. A linha vermelha vertical representa a média da quantidade de respostas obtidas.

Gráfico 1: Quantidade de Respostas (com média)



Fonte: elaborado pela autora, utilizando linguagem R, no RStudio.

Com este gráfico, podemos saber quais são as Universidades que mais pontuaram (UNIFAP, UTFPR, UFV, UFPR), além de sabermos quais são as Universidades que não responderam nenhuma questão, por exemplo. Nele, é possível observar que a maioria das Universidades (45 delas) pontuou acima da média, mas que 23 delas (33,82%) estão abaixo.

A “Quantidade de Respostas” (pontos alaranjados) baseia-se na quantidade de perguntas que foram devidamente respondidas e mostra-nos que as Universidades sabem sobre os assuntos de inclusão e responderam devidamente, mas não proporcionam a respectiva política. A distância entre a barra cinza (Pontuação) e o ponto alaranjado (Quantidade de Respostas), elucida o que não é realizado ou disponibilizado.

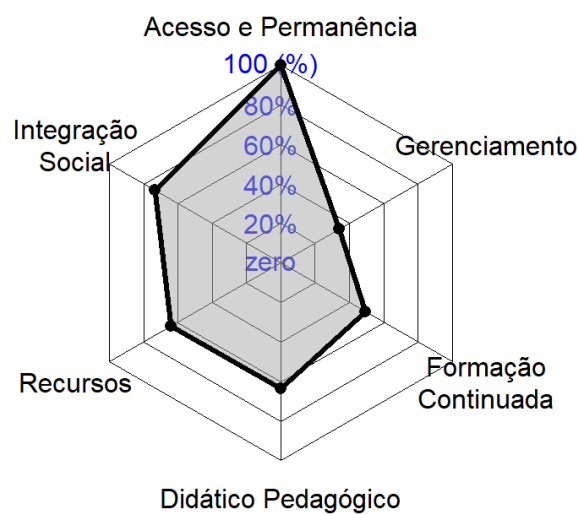
Assim, constata-se que muitas IFES sabem dos direitos das pessoas com deficiência, mas responderam que não implementaram a devida política pública. Um bom exemplo disso é a UNILAB que ficou pouco abaixo da média com 8,5 pontos, mas que poderia ter pontuado 17 pontos, pois conhece 17 itens. Em casos como este, não se pode alegar que a Universidade está desinformada, cabendo pesquisas auxiliares para determinar porque a política não está sendo implementada.

Passado o tema do ranqueamento das IFES, debruçaremos-nos sobre as dimensões. Inicialmente o Gráfico 3 traz uma rede por cima de um hexágono, característico do gráfico

de radar, em que cada ângulo do hexágono representa uma dimensão. Se a linha preta mais grossa for próxima do centro em alguma dimensão como vemos em Gerenciamento, mais a dimensão estará perto do valor 0 (zero). Observe a seguir:

Gráfico 3: Desempenho das Universidades Federais nas Dimensões

DESEMPENHO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NAS DIMENSÕES



Fonte: elaborado pela autora, utilizando linguagem R, no RStudio.

No gráfico apresentado, é realizada a soma das respostas positivas que as instituições deram no portal FalaBR. O que mais se destaca é a proeminência da dimensão “Acesso e Permanência”. Em números, ela corresponde a 134 pontos e serve de parâmetro para nossas medições. Ao analisar minuciosamente os documentos que foram entregues pelas Universidades, pode-se constatar que essa dimensão em especial possui uma implementação formal e muito sólida que se dá através do ENEM. O ENEM atualmente é o exame que as Universidades Federais utilizam para avaliar os candidatos ao Ensino Superior. No ENEM, o candidato(a) que tenha necessidades adicionais, pode solicitar o

atendimento especial. Assim, os itens desta dimensão - cota, atendimento prioritário e vestibular adaptado, são cumpridos pelo ENEM, gerando uma alta pontuação.

A dimensão “Gerenciamento” é alarmante porque atingiu somente 46 pontos. Esse baixo número representa que a maioria das Instituições Federais de Ensino Superior não envolvem a sociedade civil no debate interno acerca da inclusão. Isto é, o debate e as decisões não são realizados junto aos interessados naquele tipo de assistência, ao invés disso, é feito em cúpula. O ideal é que as pessoas participem de todas as fases da política pública para que ela seja mais adequada ao público-alvo.

Seguindo o baixo desempenho da dimensão anteriormente analisada, temos aqui a dimensão “Formação Continuada”. Ela refere-se a uma constante lapidação dos conhecimentos dos sujeitos envolvidos no processo educacional das pessoas com deficiência. De um modo geral, a formação continuada é o que garante a atualização dos profissionais e servidores. Quando relativa à inclusão e acessibilidade, mantém seu caráter indispensável e ajuda os colaboradores a manterem a qualidade de seu trabalho diário. Em números, a dimensão ficou com 66 pontos, isso demonstra um grave déficit em sua implementação. O processo de formação pode ser lúdico e interessante. Cabe dizer que há um espaço enorme para que sejam feitas ações, pesquisas, projetos, eventos, palestras, prêmios, jogos e muito mais, no intuito de promover o conhecimento sobre a inclusão deste público-alvo e obviamente dar mais visibilidade para essas pessoas, suas histórias e suas conquistas, criando uma cultura organizacional inclusiva.

Na dimensão de adaptações com caráter “Didático-pedagógico”, o alcance foi de 85 pontos, um número um pouco mais alto que os dois imediatamente anteriores (gerenciamento e formação continuada), já demonstrando que a implementação está acontecendo de um modo mais abrangente nas IFES. É sabido que há muito o que melhorar nesse sentido, pois a quantidade de respostas positivas que foram expostas não garantem a qualidade das adaptações, uma vez que elas requerem profissionais especializados (da área de pedagogia, psicologia, fonoaudiologia, entre outras), no entanto, ter a possibilidade de adaptar já é em si uma questão muito relevante e superou as expectativas da pesquisadora. A possibilidade de ter uma avaliação mais justa, adequada às suas habilidades e dificuldades inerentes à deficiência, faz com que o estudante possa trilhar sua vida acadêmica com muito mais segurança, afetando positivamente até mesmo a sua saúde mental. O estudante pode propor o que ele acredita que funcionará para si e pode evitar os formatos avaliativos que sejam incompatíveis com

seu perfil educacional. Para os neurodivergentes, por exemplo, esse fator é por vezes decisivo.

Entende-se que as limitações materiais para que os serviços dessa dimensão sejam devidamente implementados são muito mais complexas, pois contratar novos profissionais que possam auxiliar na adaptação pode ser algo impossível por um tempo, até que se tenha um novo concurso público. Nos documentos oficiais constata-se que alguns serviços só são possíveis graças ao regime de contratação terceirizada. Assim, pode-se aprofundar a pesquisa para saber se há uma relação estatisticamente relevante entre o processo burocrático que envolve o serviço e a sua implementação, pois a impressão ao observar os dados é de que aqueles serviços que precisam da compra de objetos (como tecnologia assistiva) são mais fortemente implementados do que aqueles que requerem habilidades humanas de profissionais competentes.

Em “Recursos” também é possível observar um valor importante de respostas positivas das IFES. Foram alcançados 86 pontos (número muito semelhante à dimensão anterior), ficando com um resultado acima de 60%. A dimensão dos recursos mescla a força de trabalho humano com a aquisição de objetos úteis. Inclusive as “Edificações”, um dos itens dessa dimensão, requerem tanto a força de trabalho quanto os bens materiais necessários para fazer construção de rampas, banheiros acessíveis, entre outras alternativas.

“Integração Social” é uma dimensão à respeito da cultura interna de cada Universidade estudada. Ela apresenta-nos dados sobre programas que auxiliam os estudantes deficientes a serem de fato integrados na vida acadêmica. Seu resultado foi 98,5 pontos, colocando-a em segundo lugar, logo após a nossa maior dimensão – Acesso e Permanência. Os programas oferecidos auxiliam na profissionalização, acompanhamento ocupacional, conscientização e autonomia. Esta dimensão foi escolhida para terminar a análise, pois ela incorpora a questão das deficiências no dia a dia de todas as pessoas dos campi, sendo a porta de entrada para que se tenha uma compreensão do que é uma deficiência e de como as pessoas deficientes podem ser ajudadas em sua rotina acadêmica. Placas e cartazes são os itens mais comuns de se ter, sobretudo em filas e assentos reservados, mas também há uma parte atitudinal nessa dimensão, que lida com o talento do deficiente, com a socialização das questões próprias da deficiência e a profissionalização dos mesmos. É impressionante seu resultado elevado, porque se apresenta como algo autêntico, próprio de cada instituição. Não se tem uma política

específica de cima para baixo para as questões dessa dimensão, cada Universidade tratará de uma maneira diferente, não é como a primeira citada, que se valeu do ENEM para formalizar as adaptações. Ao contrário, ela é muito voltada para a maneira que a Universidade considera a deficiência e deixa a implementação ser muito mais livre, maleável, conforme a necessidade e disponibilidade de recursos. Por ser tão flexível ao não dizer exatamente o que deve ser feito e de que maneira deve ser realizado, não era esperado que seu resultado fosse o segundo melhor entre as 6 dimensões. Parece-nos que o nível de detalhamento da lei não é necessariamente um fator que atrapalha a implementação, pode ser que um menor detalhamento deixe mais espaço para o poder discricionário dos servidores na hora da implementação. Assim, trabalhos posteriores sobre esta dimensão podem ser realizados com entrevistas em profundidade que mostrem a variação cultural que existe nas IFES em relação às questões das deficiências. A medição pode ser feita levando em consideração a diferença conceitual e prática entre os programas implementados, classificando-os, por exemplo.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou conhecer o nível de implementação das políticas de inclusão nas Universidades Federais do Brasil. Perpassou-se todo um caminho metodológico para averiguar de um modo geral, se a implementação ocorre e em que medida ela acontece. Foram expostos ao público quais são os serviços oferecidos por cada Instituição. Esse é apenas um primeiro passo para conhecer mais a fundo o trabalho que está sendo realizado no país, e como todas as pesquisas, possui seus limites e possibilidades que estão esclarecidos na seção em que analisamos os resultados obtidos.

Dentre os limites está o alcance da pesquisa, que é quantitativa (não possuindo um detalhamento sobre cada unidade de análise), porém as possibilidades são muitas, dentre elas, registrei sobretudo a sugestão de que novos estudos de caso sejam feitos utilizando entrevistas em profundidade para averiguar o motivo de tantas Universidades não responderem as perguntas propostas. É possível que a medição torne-se uma série temporal, caso seja refeita depois de algum período, para comparar os resultados. Registre a necessidade de averiguar se a complexidade do serviço impacta no oferecimento do mesmo, pois recursos materiais talvez sejam mais fáceis de adquirir em relação à contratações por meio de concurso público. Outro fato importante é que as

Universidades ultrapassam esse impedimento ao contratarem profissionais terceirizados, onde também caberia uma averiguação mais detalhada.

Infelizmente, pode-se afirmar que este é um setor muito negligenciado. Algo que parece “novo” aos olhos das IFES, mas que na realidade é de longa data e deve receber mais atenção. O melhor deste material é sabermos que as políticas existem e que de alguma maneira são implementadas nessa ou naquela Instituição, deixando mais claro quais são os serviços que podem ser requeridos e os que ainda não estão vigentes. Pode-se também ter uma ampla ideia de expansão dos serviços, porque como vimos, muitos estão fora do menu. Assim, podemos lutar pelos direitos que não estão vigorando, bem como podemos aprender mais sobre aqueles que são amplamente difundidos.

O trabalho contribui com o conhecimento do público em geral, do público-alvo e dos profissionais e gestores de Políticas Públicas. Não pretendeu ser um grande divisor de águas no quesito da contribuição teórica, mas com certeza compreende uma contribuição no processo de avaliação da implementação de políticas públicas uma vez que traz uma originalidade metodológica para o campo.

REFERÊNCIAS

GOVERNO FEDERAL, portal de Acesso à Informações. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx>. Acesso em 13 de dezembro de 21.

IBGE, 2019. PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em 07 de agosto de 23.

LEI Nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 13 de dezembro de 2021.

LEI Nº 12764/12. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em 13 de dezembro de 2021.

LEI Nº 13146/15. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 13 de dezembro de 2021.

LEI Nº 13.409/16. Lei de reserva de vagas por deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em 07 de agosto de 23.

MATISKEI, A. C. R. M. 2004. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. Educar, Curitiba, n. 23, p. 185-202, 2004. Editora UFPR.

Organização das Nações Unidas, 2022. Disability, higher education, and workforce preparedness: Students with disabilities. Disponível em: <https://www.un.org/en/disability-higher-education-workforce-preparedness-students-disabilities>. Acesso em 07 de agosto de 23.

Organização das Nações Unidas, 2022. RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2021/2022. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2021/2022>. Acesso em 07 de agosto de 23.

Open Science Framework. CAMILA DA SILVA CARDOSO. Disponível em: <https://osf.io/7jtc5/>. Acesso em 07 de agosto de 23.

Rossi, P. H., Lipsey, M. W., & Freeman, H. E. (2003). Evaluation: A Systematic Approach. Sage Publications, Inc. (pp. 133-168).

RStudio. Version: 2023.06.1+524. Released: 2023-07-07. Disponível em: <https://posit.co/download/rstudio-desktop/>. Acesso em 07 de agosto de 23.

R version 4.3.1 (2023-06-16 ucrt) -- "Beagle Scouts". Copyright (C) 2023 The R Foundation for Statistical Computing. Platform: x86_64-w64-mingw32/x64 (64-bit). Disponível em: <https://cran.r-project.org/mirrors.html>. Acesso em 07 de agosto de 23.

SABATIER, P. (1986). Top-Down and Bottom-Up Approaches to Implementation Research: A Critical Analysis and Suggested Synthesis. *Journal of Public Policy*, 6(1), 21-48. doi:10.1017/S0143814X00003846. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/S0143814X00003846>. Acesso em 04 de setembro de 23.

SABATIER, P., & MAZMANIAN, D. (1979). The Conditions of Effective Implementation: A Guide to Accomplishing Policy Objectives. *Policy Analysis*, 5(4), 481–504. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42783358>. Acesso em 04 de setembro de 23.

SABATIER, P.; MAZMANIAN, D. (1980) THE IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICY: A FRAMEWORK OF ANALYSIS. *POLICY STUDIES JOURNAL*, Volume 8, Issue 4, pages 538-560. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.1980.tb01266.x>. Acesso em 04 de setembro de 23.

APÊNDICE

Tabela 1: Respostas das Universidades Federais

[illegible]